

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL  
Manifesto<sup>1</sup>**

**COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE FEDERAL**

**03 de maio de 2007.**

---

<sup>1</sup> Documento elaborado pela Coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, para entrega ao Secretário de Ensino Superior do MEC, Prof. Ronaldo Mota, em audiência realizada em 03/05/2007.

## **APRESENTAÇÃO**

O Movimento Pró-Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, formado por Movimentos e Organizações Sociais Populares e agentes públicos subscritos, apresenta, de forma sintética, as reflexões, experiências e desejos dos sujeitos sociais quanto à instituição a ser criada.

O presente documento compõe-se de três partes. A primeira parte, “Resgate do processo”, consiste numa breve síntese das principais atividades do Movimento Pró-Universidade Federal e da relação estabelecida com o Ministério da Educação – MEC até o momento, visando socializar e resgatar os compromissos até então assumidos.

A segunda parte do documento, “A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul”, apresenta algumas das principais características da Região do ponto de vista econômico, político, social, cultural e educacional, com o objetivo de identificar a importância de uma Universidade para o desenvolvimento dessa grande Região.

A última parte, “A Universidade que Queremos”, apresenta, de forma sintética, alguns princípios de gestão e organização da Universidade, considerados referenciais para o arcabouço institucional da nova Universidade, compreendida como estratégica para o desenvolvimento da Mesorregião.

## RESGATE DO PROCESSO

O Movimento Pró-Universidade Federal teve início, de forma não articulada entre os três estados da Região Sul, ainda em 2005. No Rio Grande do Sul, iniciou com o objetivo de criação de uma universidade federal para o Norte do Estado. Foram organizados comitês municipais na maioria dos mais de 200 municípios, comitês regionais e o comitê estadual.

Em 10 de dezembro de 2005, foi realizada uma Audiência Pública em Ijuí, com a presença do Secretário Executivo do Ministério da Educação - MEC. Nesta audiência, o Movimento entregou o documento “Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul – Proposta de criação”, moções de apoio e abaixo-assinados contendo milhares de assinaturas. O Secretário Executivo acenou com a possibilidade da universidade e se comprometeu com a organização de audiências nas diferentes regiões que compõem o Norte do Rio Grande do Sul. Estas audiências regionais foram realizadas em março de 2006, com a participação do Secretário Executivo, reunindo milhares de pessoas. Em 2005 e 2006, também foram realizados diversos seminários e atos públicos em todas as regiões.

Em Santa Catarina, ainda em 2003, na abertura da EFAPI, em Chapecó, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o Oeste teria uma universidade pública federal. Em maio de 2006, uma equipe da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a partir de uma Emenda Parlamentar do Deputado Federal Cláudio Vignatti (PT-SC), iniciou a elaboração de um projeto de Universidade.

No Paraná, várias entidades, tanto públicas como não-governamentais, realizaram encontros e seminários para discutir a demanda e a importância de uma universidade federal para o sudoeste paranaense.

Em 13 de junho de 2006, em audiência no MEC, o Ministro Fernando Haddad ficou sensibilizado com a diversidade produtiva e a identidade cultural da Região, aprovou a idéia de uma universidade federal para o Sul do Brasil (abrangendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná) e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Neste dia também foi acertada uma nova reunião para aprofundar o perfil da instituição e o processo de sua implantação.

Em 23 de junho de 2006, em Chapecó, durante o II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar<sup>2</sup>, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, confirmou a determinação do governo federal em implantar uma nova universidade federal no Sul do Brasil, contemplando o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. “Vocês terão uma universidade”, afirmou o Presidente Lula, destacando que o Ministério da

<sup>2</sup> Encontro promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf-Sul/CUT e pela Cooperativa de Crédito e Interação Solidária – Cresol Central,

Educação iniciou a elaboração do projeto da nova instituição.

Em 22 de agosto de 2006, em nova audiência com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, na sede da Fetraf-Sul/CUT, em Chapecó, integrantes da coordenação do Movimento Pró-universidade Federal entregaram ao Ministro um documento contendo objetivos, justificativa, princípios e diretrizes para o projeto da nova instituição de ensino superior<sup>3</sup>.

Em 18 de dezembro de 2006, o Movimento Pró-Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul realizou um seminário em Chapecó. Nessa oportunidade, a Equipe da UFSC, responsável pela elaboração do projeto técnico da Universidade Federal, apresentou o documento ao Movimento e abriu possibilidade de acolher sugestões. No sentido de fortalecer o processo iniciado nos três estados do sul, definiu-se que a coordenação do Movimento seria feita pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf-Sul/CUT e pela Via Campesina, entidades que têm atuação na Mesorregião.

Em 24 de janeiro de 2007, a Coordenação do Movimento reuniu-se com o Secretário de Ensino Superior do MEC, Manuel Palácios, para debater o processo de criação da nova universidade. Na audiência, o Secretário comprometeu-se com a realização de uma ampla discussão do projeto, ressaltou a existência de previsão orçamentária para três *Campi* (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), acenou com a possibilidade dos *Campi* de Palmeira das Missões e de Frederico Westphalen serem incorporados à nova universidade, assumiu o compromisso com a realização de discussão a respeito de um plano de expansão de novos *Campi* para os próximos anos e, com a realização de um seminário conjunto entre o MEC e o Movimento Pró-Universidade Federal para discussão do formato e da proposta político-pedagógica da nova universidade. O referido seminário foi realizado no dia 13 de abril de 2007, sem a presença do Secretário de Ensino Superior, já que, dois dias antes, o professor Ronaldo Mota havia assumido como novo Secretário. Neste seminário, recompôs-se a Coordenação do Movimento e elegeu-se uma Equipe Técnica para contribuir na elaboração.

Enfim, o resgate do processo demonstra que passos consistentes foram dados, a convicção quanto à demanda por ensino superior público e quanto ao papel estratégico de uma Universidade Federal para o desenvolvimento das potencialidades da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

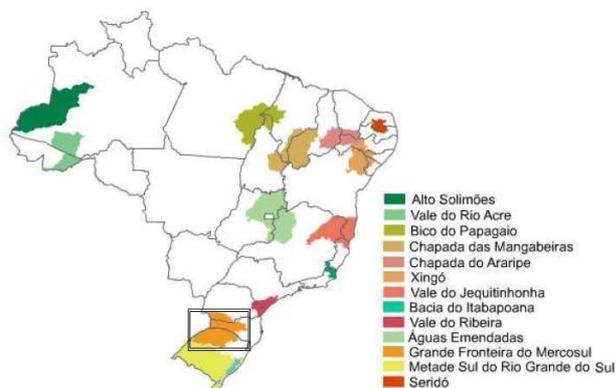
---

<sup>3</sup> Documento em anexo.

## A MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná. Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 381 municípios, com área total de 139 mil quilômetros quadrados e população de 3,7 milhões de habitantes.

Mesorregiões do Brasil



Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul



A Mesorregião tem a agropecuária e a agroindústria como base de sua estrutura produtiva e um grau de urbanização relativamente baixo em relação ao restante do País (em torno de 65%), concentrando parcela significativa da população na zona rural. Em relação à região Sul, a Mesorregião representa um quarto do território e da população. No entanto, o PIB da Mesorregião representa pouco mais de um décimo e o PIB *per capita* (US\$ 3.285) é 40% menor que o da região Sul (US\$ 5.320).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, do Ministério da Integração Nacional, classifica as microrregiões brasileiras como de “alta renda, baixa renda, dinâmicas e estagnadas”. A maior parte das microrregiões que compreendem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul são classificadas como estagnadas. Os indicadores demonstram que a Mesorregião, em relação à Região Sul e ao Brasil, vem empobrecendo<sup>4</sup>.

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes europeus. O processo de colonização trouxe consigo novos valores, formas de organização da produção e da vida comunitária, que implicaram na quase exclusão das populações nativas e negras. Ainda hoje, a forte presença de imigrantes europeus, juntamente com remanescentes de

<sup>4</sup> Ministério da Integração Nacional. PNDR, 2005.

indígenas e mestiços, é uma característica marcante da Região. A religiosidade e o importante papel da igreja na organização do povo é também outro elemento característico da Região.

A Agricultura Familiar e Camponesa é um elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da Mesorregião. O processo de modernização do campo, conhecido como Revolução Verde, trouxe à Região um padrão tecnológico danoso ao meio ambiente e dependente da indústria, impondo máquinas, sementes selecionadas, adubação química e agrotóxicos. Nesse processo, coube à Agricultura Familiar e Camponesa a liberação de mão-de-obra para os centros urbanos, o suprimento de matéria-prima para indústria, a geração de oferta de alimentos e produtos para exportação e a transferência de renda para o setor urbano.

Uma parte das famílias que permaneceu no campo foi inserida ao processo capitalista de desenvolvimento, submetida à lógica mercantil, produzindo, especialmente grãos para exportação ou carne e leite para as grandes agroindústrias. Os excluídos desse processo migram, tardiamente, para as periferias das cidades ou mantêm-se no campo, produzindo basicamente para a subsistência. Nesse sentido, a Agricultura Familiar e Camponesa, ao mesmo tempo em que é estruturadora e dinamizadora do desenvolvimento da Região, também é a mais vulnerável, tendo em vista um modelo excludente que não serve para o seu desenvolvimento.

Mesmo submissa ao setor urbano-industrial, a Agricultura Familiar e Camponesa é estruturadora e dinamizadora do desenvolvimento da Região. Tendo em vista a falta de uma base de dados da Mesorregião, enfocaremos alguns dados mais genéricos para concretizar nossa afirmação. Na região Sul, a Agricultura Familiar e Camponesa representa 90,05% dos estabelecimentos, o que corresponde a 907.635 famílias, e responde por 57% do Valor Bruto da Produção do setor agrícola<sup>5</sup>. Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE<sup>6</sup>, encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, revela que a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar respondeu, em 2003, por 10,1% do PIB nacional. No total, a agricultura familiar movimentou R\$ 156,6 bilhões, o que corresponde um terço do PIB do agronegócio, respondendo por 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% da carne suína, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e 31% do arroz produzidos no Brasil. No Rio Grande do Sul, a participação das cadeias produtivas da agricultura familiar respondeu, em 2003, por 27% do PIB gaúcho, 97% da produção de fumo, 74% do milho e 58% da soja, 89% do leite, 74% das aves e 71% dos suínos. Mesmo não dispondo de dados neste momento, é incontestável a concentração da Agricultura Familiar e Camponesa na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

O setor urbano industrial da Mesorregião possui uma profunda interdependência com a agropecuária, a exemplo das empresas agroindustriais. O Oeste catarinense - espaço de predominância dos grupos agroindustriais - é um dos três principais complexos de atividades do setor industrial de Santa

<sup>5</sup> IBGE. Censo Agropecuário, 1995/96.

<sup>6</sup> PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar. FIPE/USP. Ed. MDA, 2005.

Catarina. Alguns dos principais grupos nacionais do setor agroindustrial, como Sadia, Chapecó, Perdigão e Ceval, localizam-se em Chapecó, Concórdia, Videira e Caçador. No Rio Grande do Sul, o eixo dinâmico da agroindústria é liderado pelas cidades-pólo de Erechim, Passo Fundo, Carazinho, Santo Ângelo, Santa Rosa, Cruz Alta e Ijuí. Além do setor agroindustrial, há uma forte presença de micro e pequenas empresas industriais e comerciais, também com intensa relação entre a cidade e o campo.

A identidade da Mesorregião, do ponto de vista geográfico, é reforçada pela inserção nas Bacias Hidrográficas do Rio Uruguai (municípios gaúchos e catarinenses) e do Rio Paraná (municípios paranaenses), juntamente com a implantação de grandes projetos hidrelétricos.

Do ponto de vista político, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de organização de diferentes sujeitos sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de organizações da sociedade civil, a exemplo do Movimento Sindical, Movimento Popular, Movimento Cooperativo, ONGs, Associações de Municípios e Conselhos, que constitui um grande patrimônio social e que serve de modelo para outras regiões do País.

O movimento sindical combativo do campo, que deu origem à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf-sul/CUT e posteriormente Fetraf-Brasil, é construído a partir da Mesorregião. É também a partir dessa Região que se constroem o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento dos Sem Terra – MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR (hoje, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC), que se articulam através da Via Campesina. Hoje, esses movimentos têm atuação nacional, mas a base principal continua localizada na Mesorregião.

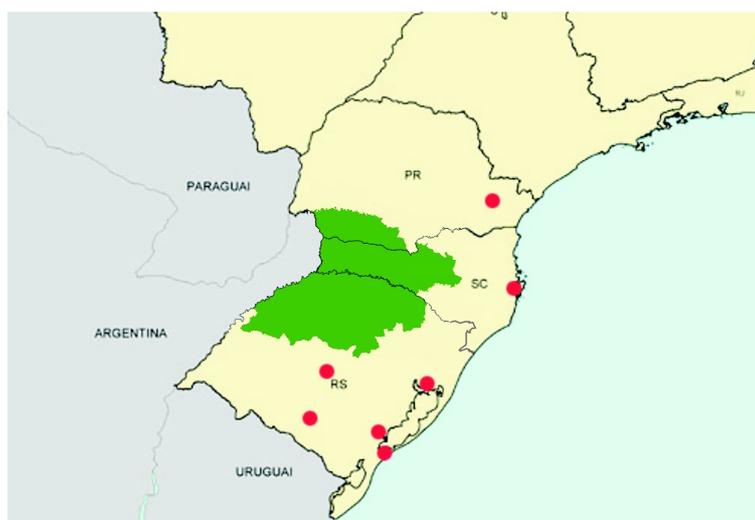
É também nesta Mesorregião que se desenvolve um importante movimento cooperativo desde a primeira metade do século passado, constituindo as chamadas cooperativas tradicionais. Recentemente, a partir da ação do Movimento Sindical e Popular, foram criadas novas cooperativas de produção (a exemplo do Sistema Coorlac), agroindústrias familiares, cooperativas de crédito (a exemplo do Sistema Cresol) e cooperativas de habitação (a exemplo da Cooperhaf).

Geograficamente distante dos centros de decisão política dos estados e da União, a Mesorregião apresenta, desde sua colonização, uma trajetória marcada por baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. É especialmente a partir da luta e ação dos Movimentos Sociais Populares desta Região que um conjunto de programas e políticas públicas foi construído nas últimas duas décadas: a aposentadoria de um salário mínimo para o homem e a mulher do campo; a Reforma Agrária; o Programa Nacional de Fortalecimento e Valorização da Agricultura Familiar – Pronaf; o Seguro da Agricultura Familiar – SEAF; o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – Seguro Preços; o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; o Programa de Habitação

Rural; o Sistema Único de Saúde – SUS; programas na área da educação. Muitas dessas políticas são responsáveis pela manutenção de milhares de famílias no campo e pelo desenvolvimento de regiões e municípios, especialmente os de pequeno porte.

A ausência ou os baixos índices de investimentos estatais na Mesorregião são particularmente ilustrativos no que se refere à educação. No passado, para garantir educação aos filhos, os imigrantes tiveram que criar as chamadas escolas da comunidade, já que, somente a partir da segunda metade do século XX, percebe-se uma presença mais forte do Estado na área da educação. Em termos de educação superior pública, a ação do Estado na Mesorregião continua ausente. O ensino superior público foi pensado pelas e para as elites dominantes, o que justifica a inexistência de Instituições Federais de Ensino Superior na Mesorregião. Enquanto outras regiões contam com Universidades Públicas Federais e/ou Estaduais, as Universidades Públicas mais próximas da Mesorregião encontram-se, em média, a mais de 400 quilômetros de distância.

### Universidades Federais da Macrorregião Sul



Em decorrência da falta de ação do Estado no Ensino Superior, surgem várias iniciativas da sociedade civil. Nas décadas de 1960 e 1970, no Rio Grande do Sul e no Paraná, são criadas as Fundações Comunitárias e, nas décadas de 1980 e 1990, em Santa Catarina, as Fundações Públicas Municipais. Mais tarde estas instituições são transformadas em universidades, constituindo-se o modelo denominado de Universidades Comunitárias. Mais recentemente, inúmeras instituições privadas de ensino superior são instaladas na Região.

As instituições comunitárias e privadas de ensino superior apresentam limites do ponto de vista do acesso ao ensino superior. O pagamento de mensalidades acaba excluindo a população mais carente e extraindo renda de quem, com muitos esforços, consegue pagar. Assim como no passado os imigrantes pagavam para que seus filhos aprendessem a “ler, escrever e fazer contas”, hoje

a população de baixa renda é novamente obrigada a pagar para garantir aos filhos um curso superior.

Os limites apresentados pelos modelos Comunitário e Privado na área do ensino, são ainda maiores na pesquisa e na extensão. Como dependem da cobrança de mensalidades para sobreviver, os investimentos na pesquisa e na extensão são praticamente inexistentes. Esses investimentos, quando existem, são pontuais e contribuem pouco para o desenvolvimento das potencialidades da Região

Como se percebe, os enormes avanços em termos de políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar e Camponesa em outras áreas, ainda são inexpressivas em termos de educação superior pública. Esta realidade contribui com o deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades-pólo de cada microrregião e, principalmente, da Mesorregião para outras regiões, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vem minando as forças produtivas locais e dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno.

Por essa razão, a oferta de ensino superior público e gratuito, especialmente à população mais carente, articulada com um forte investimento em pesquisa e extensão, é condição essencial ao desenvolvimento regional. É nesse sentido que ganha força a proposta de construção da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul como estratégica para a promoção do desenvolvimento regional.

## **A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS**

Pretendemos construir uma Universidade Pública, com excelência e qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimentos voltados à melhoria da qualidade de vida e à superação de situações-problemas relativas à promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da região Sul do País, tendo na Agricultura Familiar e Camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento.

Entendemos o desenvolvimento como um processo integral e integrador, mediado historicamente por um projeto político global, centrado na conquista e garantia da qualidade de vida, cujos sujeitos são os setores populares organizados e que resulta em transformações sustentáveis nas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais.

Os princípios que alicerçam a nossa idéia de desenvolvimento são: igualdade, democracia, direitos humanos, diversidade, liberdade, autonomia, sustentabilidade, solidariedade e cooperação. Entendemos que esse processo deve ser conduzido e orientado pelos setores populares organizados, sem o que o desenvolvimento é desvirtuado para um simples crescimento econômico.

Para alcançar, estes princípios, é necessária a construção de políticas para a distribuição social e espacial da renda e da riqueza, com prioridade para a Agricultura Familiar e Camponesa, a reforma agrária, a economia popular e solidária, os empreendimentos urbanos de base familiar, buscando uma interação sistêmica com o meio ambiente, constituindo um processo que resulta em transformações sustentáveis nas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. Sustentável, no sentido de ser economicamente viável, politicamente democrático, socialmente justo, culturalmente diverso, ecologicamente equilibrado, levando em consideração o atendimento das necessidades e aspirações presentes e de gerações futuras.

Entendemos que os processos educativos exercem um papel fundamental na construção de estratégias e estabelecimentos de modelos de desenvolvimento. Para isso, os processos educativos precisam ser inovadores nos conteúdos (essência), nos meios (métodos) e nos fins (objetivos). No que se refere ao projeto de universidade para Mesorregião Grande fronteira do Mercosul, os conteúdos e metodologias precisam dar conta do potencial da Agricultura Familiar e Camponesa para o desenvolvimento da Região e do País.

Com este objetivo a educação deve estar sustentada numa concepção que procura radicalizar a dimensão política e ética do conhecimento, tendo como fio condutor o ser humano priorizando as classes populares, historicamente excluídas, assumindo assim uma posição ideológica que tem como base de sustentação o compromisso com a luta pela transformação da realidade. As ações educativas precisam estar alicerçadas numa visão que contemple a ecologia dos saberes, dos conhecimentos populares aos científicos, conferindo inteligibilidade ao presente e dando direcionabilidade ao futuro.

Pensamos que, assim, poderemos contribuir para a transformação social. Por isso, apresentamos algumas diretrizes de uma Universidade eminentemente inovadora, que traduz os anseios de uma sociedade, que tem nos seus cidadãos o seu maior

patrimônio, que visa potencializar os estudantes com conhecimentos capazes de atuar, enquanto profissionais formados, na mudança dos contextos.

## **1) Princípios de Gestão e organização da universidade**

Apresentamos a seguir alguns princípios que visam orientar a constituição da universidade: gestão democrática, inovação e excelência, Identidade institucional e relevância social.

### **a) Gestão democrática**

A Gestão da Universidade deve ter como princípios a transparência, a qualidade e a racionalidade da sua vida institucional, a inovação na gestão, a valorização de recursos e a capacidade de responder com forte envolvimento democrático, mas também com eficácia, aos desafios presentes e aos anseios da comunidade, no caso da Mesorregião, especialmente da Agricultura Familiar e Camponesa.

Para poder construir excelência acadêmica, identidade e relevância social, a universidade deve adotar uma forma de gestão diferenciada, a *gestão democrática*. É necessário desenvolver instrumentos de gestão, capacidade de direção, mecanismos de aconselhamento, processos de participação internamente e externamente fortes. Nesse sentido, é necessário assegurar a autonomia, entendida como autodeterminação dos projetos pedagógico e administrativo, das políticas acadêmicas e das metas da instituição e da autônoma condução financeira e patrimonial.

Para concretizar esse desafio é necessário implementar equipes pedagógicas e comissões de pesquisadores que desenvolvam projetos transdisciplinares com o objetivo de equacionar as dificuldades e necessidades da Agricultura Familiar e Camponesa; institucionalizar os processos com a presença de representantes de Movimentos Sociais e Populares nos diferentes conselhos de gestão e administração da universidade; definir cursos e procedimentos de ingresso voltados para as demandas dos Movimentos Sociais e Populares, em especial da Agricultura Familiar e Camponesa; e contratação de profissionais comprometidos com a proposta de uma universidade diferenciada.

### **b) Inovação e excelência**

A inovação e a excelência acadêmica, em todos os planos (ensino, pesquisa, extensão e relações com a comunidade), constituem-se como um princípio relevante. Para isso é fundamental a construção dialógica e coletiva de um processo de gestão, bem como de um projeto pedagógico, voltados para as demandas colocadas pela Agricultura Familiar e Camponesa, incluindo os diversos grupos sociais, culturais e étnicos, do campo e da cidade, historicamente excluídos dos processos de desenvolvimento.

Além de um programa de graduação consistente, com metas e propostas bem definidas, é preciso repensar os programas de pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, a partir dos programas e áreas de atuação da universidade, com vistas à excelência da pesquisa ou do conhecimento, capazes de produzir uma nova realidade social para a Agricultura Familiar e Camponesa e para a Mesorregião do Mercosul.

Entende-se como necessário, para a concretização desse princípio, a elaboração das diretrizes da universidade que tenham como foco a realidade da Agricultura Familiar e Camponesa e a problemática social das classes populares do meio urbano, na perspectiva do enfrentamento dos desafios do mundo globalizado neoliberal; elaboração coletiva de um projeto pedagógico alicerçado em metas e princípios claros, voltados para o desenvolvimento social e justo, que garantam a inclusão; elaboração de uma rede de parcerias com Organizações Sociais e Populares com vistas ao desenvolvimento sustentável e solidário da Região.

### **c) Identidade institucional**

A identidade de uma universidade é a sua principal marca e esta marca necessariamente deve caracterizar o seu compromisso com a democracia, com a universalização dos direitos e com a humanização da sociedade, rompendo, para isso, com a idéia do conhecimento como uma propriedade privada. A identidade de uma instituição está associada a sua intervenção, características e compromissos com a sociedade em que está inserida. Essa identidade é representada pelo seu patrimônio físico e também por aquilo que ela representa simbolicamente.

Uma estrutura física pode ser decisiva para dar impulso à construção de uma nova realidade e a uma nova universidade e sua localização deve estar no centro da dinâmica produtiva da Mesorregião.

A constituição da identidade institucional será construída na relação que a Universidade estabelecerá com a história do seu povo, da sua região, na valorização da memória de sua gente e na implementação de projetos coletivos visando ao desenvolvimento da Região.

Sua maior identidade, a simbólica, se dá com o tempo, através dos saberes produzidos e que serão capazes de gerar um novo contexto social, interferindo diretamente na qualidade de vida da sua gente.

### **d) Relevância social**

Pelo seu significado social, a universidade não pode contentar-se apenas com um lugar na sociedade, ela precisa criar marcas nesse tempo e nesse espaço. Ela tem que ser a instituição de maior relevância social e precisa ser reconhecida por todos como tal.

Para se constituir numa instituição socialmente relevante, a Universidade deve adotar uma forma de gestão que se define pela ética e pela transparência de suas ações, bem como, pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, respeitando o ambiente, as culturas, as diversidades, com vistas à erradicação das desigualdades sociais. Para efetivar o compromisso social é preciso qualificar a instituição para que potencialize o desenvolvimento e a qualidade de vida da população.

A relevância social de uma universidade se constrói com a sua capacidade de intervenção social e isso só se faz com o aumento de sua massa crítica e o seu peso no contexto regional. Isso implica na focalização de cursos importantes para a região, objetivando formar profissionais capazes de interferir na realidade social; desenvolver modalidades de ensino que possibilitem o acesso grupos sociais que historicamente estiveram marginalizadas, classes populares do campo e da cidade; elaborar calendári-

os que respeitem a dinâmica de produção da Agricultura Familiar e Camponesa; e estabelecer formas de acesso diferenciado para os Movimentos Sociais e Populares.

### **Formas de Acesso e Localização**

Para cumprir com os quatro princípios expostos acima - gestão democrática, inovação e excelência, Identidade institucional e relevância social – a Universidade precisa necessariamente garantir acesso diferenciado e inovador aos cursos, à pesquisa, à extensão e à sua localização no espaço da Mesorregião.

Para tanto, é imprescindível garantir o acesso aos cursos de membros das classes populares organizadas, dos alunos oriundos de escolas públicas, dos diferentes grupos étnicos (negros, índios, caboclos,...), dos portadores de necessidades educativas especiais, seja ela feita com processos seletivos diferenciados ou através de turmas específicas para atender as demandas prioritárias destas organizações.

Quanto à localização dos *Campi* entendemos que estes devem levar em conta a dinâmica da vida e da produção da Agricultura Familiar e Camponesa. Para atender tal demanda se faz necessária a implementação, num primeiro momento, de pelos menos três *Campi* dentro da Mesorregião – um para cada Estado – como forma de garantir condições de acesso atendendo as especificidades da sazonalidade da produção da Agricultura Familiar e Camponesa.

Como ficou claro nos princípios expostos, especialmente os de gestão democrática, inovação e relevância social, a definição da localização da universidade, assim como dos cursos, deve levar em conta a opinião dos Movimentos Sociais e Populares envolvidos na dinâmica produtiva dessa Região.

Assinam:

Fetraf-SUL/CUT

VIA CAMPESINA

MST – Movimento Sem Terra

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

CUT Estadual de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul

Cresol Central - Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar

Senadora Ideli Salvatti

Deputado Federal Claudio Vignatti

Deputado Federal Marco Maia

Deputado Estadual Ivar Pavan

Deputado Federal Adão Preto

Deputado Estadual Luciana Rafagnin

Deputado Estadual Dirceu Dresh

Deputado Estadual Dionilso Marcon